STJ00073523

SUMÁRIO

NOTA À 2.ª EDIÇÃO 5

APRESENTAÇÃO À 1.ª EDIÇÃO 7

ABREVIATURAS 15

I. DE ORDEM GERAL 17

I. 1. Nota introdutória e motivação do presente estudo 17

I. 2. Precedentes na antiguidade romana e Idade Média 24

I. 3. As *class actions* do sistema anglo-saxão 33

II. A NORMAÇÃO BRASILEIRA SOBRE PROCESSO COLETIVO 52

III. ACLARAMENTOS CONCEITUAIS 61

III. 1. O que se entende por *processo coletivo*? 61

III. 2. O que vem a ser *jurisdição coletiva*? 77

III. 3. Interesses ou direitos metaindividuais? 86

IV. O TRASLADO DE CATEGORIAS E INSTITUTOS DA JURISDIÇÃO SINGULAR PARA A COLETIVA 106

V. A NATUREZA MULTIFACETADA DA COISA JULGADA 119

V. 1. Garantia constitucional 122

V. 2. Fonte assecuratória de direitos e de situações jurídicas 130

V. 3. Categoria processual 156

VI. A COISA JULGADA E O *TRIPÉ* DO DIREITO PROCESSUAL: AÇÃO, PROCESSO E JURISDIÇÃO 179

VI. 1. Ação 185

VI. 2. Processo 197

VI. 3. Jurisdição 206

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00073523

VII. O OBJETO DAS AÇÕES COLETIVAS. OS LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA 217

VIII. A COISA JULGADA FRENTE ÀS PARTES E AOS "TERCEIROS", NA AÇÃO COLETIVA: OS LIMITES SUBJETIVOS 247

IX. O DEVIDO PROCESSO LEGAL COLETIVO 277

X. O QUESITO DA EVENTUALIDADE – *SECUNDUM EVENTUM LITIS VEL PROBATIONIS* – NA COISA JULGADA COLETIVA 292

XI. A COISA JULGADA NO CONTRASTE ENTRE AS JURISDIÇÕES SINGULAR E COLETIVA 320

XII. PONTOS SENSÍVEIS OU DE *ESTRANGULAMENTO* DA JURISDIÇÃO COLETIVA 337

XII. 1. A jurisdição é nacional 339

XII. 2. A tramitação *em paralelo* de ação coletiva e ações individuais 347

XII. 3. O fato e o Direito na ação coletiva 353

XII. 4. A eficácia expandida da coisa julgada coletiva em face de análoga eficácia da lei que regula o objeto litigioso 365

XIII. A CHAMADA *EFICÁCIA NATURAL* DO JULGADO E A COISA JULGADA NA JURISDIÇÃO COLETIVA 374

XIV. AS CONDIÇÕES DA AÇÃO E A JURISDIÇÃO COLETIVA 385

XIV. 1. A possibilidade jurídica do pedido 399

XIV. 2. O interesse processual 407

XIV. 3. A legitimação para agir 417

XV. OS ELEMENTOS DA AÇÃO COLETIVA E SUA REPERCUSSÃO NA COISA JULGADA 436

XV. 1. O pedido 438

XV. 2. A causa de pedir 450

XV. 3. As partes 460

XVI. A COISA JULGADA NA IMBRICAÇÃO DOS JULGADOS COLETIVOS E INDIVIDUAIS 473

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00073523

XVII. O TRÂMITE CONCOMITANTE DAS AÇÕES COLETIVAS ENTRE SI... 493

XVIII. O TRÂMITE CONCOMITANTE ENTRE AÇÕES COLETIVAS E INDIVIDUAIS..... 508

XIX. A MOVIMENTAÇÃO DOS INDIVÍDUOS (INTROMISSÕES/EXTROMISSÕES) NO PROCESSO COLETIVO. 523

XX. A DIVERSA CARGA EFICACIAL DA COISA JULGADA COLETIVA CONFORME O OBJETO LITIGIOSO..... 536

XXI. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS..... 550

BIBLIOGRAFIA 559

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br